

CEIV – Comissão Permanente de Análise dos EIV

ASSUNTO: Revisão do Valor da Medida Compensatória/mitigatória referente ao EIV do empreendimento ZIKELI.

ZIKELI INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.822.072/0001-41, localizada à Rodovia BR 101, KM 129, Direção Norte, Bairro Várzea do Ranchinho, Balneário Camboriú/SC, vem através deste requerer a revisão do valor de compensação, citado no Parecer Final nº 006/2023 – CEIV, referente à análise final do Estudo de Impacto de Vizinhaça, diante das seguintes considerações:

Considerando que a análise e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhaça foi solicitado pelo Departamento de Análise de Projetos em virtude de regularização de acréscimo de área no empreendimento e também pela atividade desenvolvida pela empresa ZIKELI Indústria Mecânica;

Considerando que as edificações foram construídas algumas delas na década de 80 e o último acréscimo foi construído bem antes da entrada em vigência da Lei Complementar 24/2018 foi bem depois desse último acréscimo de área construída

Considerando que a atividade da indústria iniciou ainda na década de 80, ou seja, também bem antes da entrada em vigor da LC acima citada.

Considerando que o art. 36 do Estatuto da Cidade remete claramente para a necessidade de regulamentação da matéria por lei municipal, onde são definidos os empreendimentos e atividades que exigirão a apresentação do EIV para licenciamento ou

autorização de construção.

Considerando que a regulamentação do EIV em Balneário Camboriú só veio em 2018 pela Lei Complementar nº 24/2018.

Considerando que segundo a Lei Municipal serão objetos de EIV os empreendimentos:

Art. 3º O EIV será sempre exigido aos empreendimentos públicos ou privados, que possam causar impacto no ambiente natural ou construído, sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura básica ou ter repercussão ambiental significativa, a partir dos seguintes critérios:

I - na implantação de empreendimento que tenham as características determinadas na legislação vigente;

II - nas ampliações:

a) de empreendimentos que na implantação elaboraram o EIV, desde que esta ampliação represente 30% (trinta por cento) ou mais da obra originalmente aprovada;

b) de empreendimentos que na implantação não tenham elaborado o EIV, mas que com a ampliação atinjam as características determinadas na legislação vigente.

III - na mudança de atividade de edificações existentes que atinjam as características determinadas na legislação vigente.

Veja-se que a operação da requerida ocorre desde 1982, sendo, portanto, anterior à novel disposição, o que faz crer que a elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança não se aplicaria ao projeto em espécie, mas, tão-somente, aos projetos protocolados após a entrada em vigor da LC nº 24/2018.

Ademais, há registro municipais e estaduais que indicam que a manifestante observou todas as etapas para a aprovação do projeto junto aos órgãos competentes, contando, diga-se de passagem, com pareceres favoráveis do IMA – Instituto Meio Ambiente de Santa Catarina, inclusive com LAO – LICENÇA DE OPERAÇÃO.

Desse modo, pode-se afirmar que os projetos passaram pelas etapas legais exigidas e garantem que o meio ambiente onde está inserida a atividade industrial já fora objeto de aprovação. O que leva a crer pela dispensa de recolhimento de compensação financeira ao Município.

As construções existentes estão aprovadas nos termos da lei, não havendo qualquer irregularidade. Na verdade, atualmente, com a atuação da lei antes referida, a obra está adequada também ao uso pretendido.

Ademais, quanto a medida mitigadora de Implantação do novo acesso/escoamento do empreendimento, através da Marginal Leste a ser executado, esse consiste em obra de difícil execução, mormente porque a mesma seria executada em área da união, não podendo por consequin.

As previsões previstas na LC nº 24/2018 tem aplicabilidade para fins de regulamentação, no âmbito do Município de Balneário Camboriú, das medidas mitigadoras de proteção ambiental.e não podem, de forma alguma, ter o efeito de afetar ou restringir o direito de terceiros, muito menos condicionar para a validação de um EIV, que o mesmo garanta um acesso, em área da União, mormente porque o acesso já existe e está aberto tem 30, 40 anos.

Outrossim remanesce dúvida quanto à sua eficácia em relação ao problema do comprometimento do sistema viário, pois, como se vê, tal medida não produz nenhum efeito em relação à principal causa do impacto que já esta consolidado há anos e não decorre

apenas das atividades da manifestante.

Não obstante, a construção de via marginal não constitui a melhor medida mitigadora a ser adotada.

Transportando-se esses ensinamentos para o caso em concreto, vislumbra-se que, tendo o município de Balneário Camboriú regulamentado por meio de lei as atividades que dependem de prévio Estudo de Impacto de Vizinhança décadas após o início das atividades da manifestante, não pode a Administração Pública exigir o pagamento de medida mitigadora excessivamente onerosa como requisito de validade. Ademais, como já salientado, não se trata de obra ou atividade nova, pelo contrário, atividade remanesce a década de 80.

DO REQUERIMENTO

Vimos mui respeitosamente solicitar que seja dispensado do pagamento de contrapartida financeira apurada no processo administrativo nº 56.629/2021, bem como seja afastada a medida mitigatória pelo impacto ao sistema viário, consistente na realização de marginal de acesso/escoamento, por ser medida a ser executada na área de domínio da União, bem como, sem resultado prático, extremamente onerosa, afetando assim o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

Desde já nos agradecemos pela atenção.

Balneário Camboriú, 28 de abril de 2023.

FREITAS E CAMPAGNHOLO ADVOGADOS ASSOCIADOS.
MARCELO FREITAS OAB/SC 11739